

## **Prática docente e inclusão de um aluno surdo na universidade regional do Cariri – URCA**

### **Teaching practice and inclusion of a deaf student at the regional university of Cariri – URCA**

DOI:10.34117/bjdv8n5-570

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

#### **Marla Vieira Moreira de Oliveira**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará

Instituição: Universidade Regional do Cariri (URCA)

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, 1161, Pimenta, Crato -CE, CEP: 63105-000

E-mail: marla.vieira@urca.br

#### **Márcia Kelma de Alencar Abreu**

Doutora em Psicologia pela UFC

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Av dos Expedicionários, 3406, Ap 1201, Bl 1, Benfica, Fortaleza-CE

E-mail: kelma.abreu@urca.br

#### **Tatiane Patrícia Santos Nascimento**

Pós Graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional

Instituição: Universidade Regional do Cariri (URCA)

Endereço: Rua Aurora, Seminário, Crato - CE

E-mail: tatiane.santos@urca.br

#### **Ana Paula Bento da Silva**

Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia, educação especial e inclusiva

Instituição: Universidade Regional do Cariri (URCA)

Endereço: Rua Marcos Macedo, Seminário, Crato - CE

E-mail: ana.bento@urca.br

#### **RESUMO**

A inclusão no ensino superior pressupõe o acesso e a permanência do aluno surdo na instituição, sendo que dessa forma o direito a educação é garantido. Neste sentido o professor assim como todos que compõem a instituição tem um fundamental papel de promover a inclusão nos diversos âmbitos da Universidade. A estrutura física deve ser adequada para promover a quebra de barreiras físicas, bem como as posturas anticapacitistas que contribuem para a quebra de barreiras atitudinais. Todavia, tais práticas envolvem o conhecimento de leis, conscientização e conhecimentos sobre a surdez. Desta forma o presente trabalho teve como objetivo principal analisar as ações desenvolvidas pelos docentes em suas aulas para contemplar as necessidades do aluno surdo. A pesquisa contou com um total de 13 (treze) respondentes. Os professores foram identificados em cada semestre pelos códigos P1, P2, P3, P4, P5 e P6...P13, seguidos pelos períodos 2019.1, 2020.1, 2020.2. Esperasse que os apontamentos aqui destacados contribuam de forma significativa para o fazer da inclusão nos diversos meios em específico na sala de aula e no ensino superior da Universidade Regional do Cariri

(URCA). Conclui-se que a oferta de condições de ensino adequadas torna possível que todos os indivíduos aprendam independente das suas especificidades. Ressalta-se ainda que para o alcance dos objetivos educacionais, é imprescindível a efetivação das normativas já existentes, pois este é um dos caminhos para garantir o cumprimento do direito à educação a todos.

**Palavras-chave:** inclusão, prática docente, aluno surdo, educação superior.

## **ABSTRACT**

Inclusion in higher education presupposes the access and permanence of the deaf student in the institution, and in this way the right to education is guaranteed. In this sense, the professor as well as everyone who makes up the institution has a fundamental role to promote inclusion in the various areas of the University. The physical structure must be adequate to promote the breakdown of physical barriers, as well as the anti-capacitative postures that contribute to the breakdown of attitudinal barriers. However, such practices involve knowledge of laws, awareness and knowledge about deafness. In this way, the present work had as main objective to analyze the actions developed by the teachers in their classes to contemplate the needs of the deaf student. The survey had a total of 13 (thirteen) respondents. Teachers were identified in each semester by the codes P1, P2, P3, P4, P5 and P6...P13, followed by the periods 2019.1, 2020.1, 2020.2. It was hoped that the notes highlighted here will contribute significantly to the inclusion in the various means, specifically in the classroom and in higher education at the Regional University of Cariri (URCA). It is concluded that the provision of adequate teaching conditions makes it possible for all individuals to learn regardless of their specificities. It should also be noted that in order to achieve the educational objectives, it is essential to implement existing regulations, as this is one of the ways to guarantee the fulfillment of the right to education for all.

**Keywords:** inclusion, teaching practice, deaf student, college education.

## **1 INTRODUÇÃO**

A educação é um direito de todos, inclusive de pessoas com algum tipo de deficiência como está posto na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o cumprimento desse direito deve na prática garantir a participação de todos de forma equânime, oferecendo condições para o desenvolvimento pleno do aluno com ou sem deficiência.

Conforme Sasaki (1999, p. 39):

É fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos junto à população geral.

Ademais, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (LBI), Lei nº

13.146/2015 (BRASIL, 2015), é incisiva ao afirmar que as pessoas com deficiência têm direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive no Ensino Superior, alvo desta pesquisa. A Lei assegura ainda que o Estado tem o dever de ofertar o Ensino bilíngue em Libras e oferecer o Ensino de Libras, de forma a fomentar a autonomia e participação dos estudantes surdos no ambiente educacional e na sociedade.

Desta forma, a LBI (BRASIL, 2015) acentua a necessidade da eliminação de barreiras que dificultam a inclusão nos ambientes educativos, estes entraves são de vários tipos: barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte, de comunicação, tecnológicas e atitudinais. O foco da presente investigação evidencia formas e possibilidades de eliminação das barreiras comunicacionais, em especial, no que se refere ao aluno surdo inserido na universidade.

Assim, destaca-se a relevância da problemática aqui apresentada como fundamental para o enfrentamento do capacitismo, compreendido como “[...] uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade [...]” (Melo, 2016, p.3272). As práticas anticapacistas na Universidade devem estar voltadas para o enfrentamento destas concepções que atribuem a falta de capacidades e habilidades às pessoas em função da sua deficiência. Para tanto, estas estratégias devem promover uma linguagem acessível no ambiente acadêmico, que incorpore a “(...) busca por objetividade e clareza nas interações presenciais e não presenciais, pois isso amplia as possibilidades de atenção e de concentração de todas as pessoas.” (BOCK et. al, 2022, p.19);

Nessa perspectiva, a garantia do direito à educação requer não só o acesso de alunos com deficiência, mas principalmente, que seja oferecido oportunidades de participação em todo o processo por meio do desenvolvimento de ações que assegurem também a sua permanência. Dedicar-se neste estudo uma atenção especial àqueles discentes com surdez e seu acesso/permanência nas instituições de ensino.

Frente a essas questões, surgiu o interesse de saber de que forma a inclusão do aluno surdo está acontecendo na Universidade Regional do Cariri – URCA? Para responder tal questionamento, o presente trabalho tem por objetivo analisar as ações desenvolvidas pelos docentes em suas aulas para contemplar as necessidades do aluno surdo.

Para responder tal objetivo foi realizada uma pesquisa de campo através da aplicação de questionário *online* com os professores do ensino superior do curso de

pedagogia da Universidade Regional do Cariri – URCA.

## 2 METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que segundo Minayo (2002, p.21) “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Com relação ao procedimento técnico foi na forma de estudo de caso, utilizando-se de leituras para embasamento teórico e questionário.

O estudo de caso possibilita a compreensão de um fenômeno singular relacionado à multiplicidade de aspectos do contexto, de forma complexa e necessária para a abordagem de uma problemática educacional concreta e situada. Sabemos das várias questões que envolvem a prática docente direcionada a um aluno surdo e dos diversos aspectos que se relacionam a sua inclusão, objeto desta investigação. Assim, buscou-se um percurso metodológico que possibilitasse a análise complexa e dinâmica.

Sobre a escolha do questionário *online* é importante salientar que a mesma se deu em decorrência da pandemia do COVID-19<sup>1</sup>, o qual ocasionou no distanciamento social. Assim, para darmos continuidade a pesquisa utilizou-se o *Google Forms*, que é um aplicativo que possibilita coletar dados de pesquisa por meio de questionários. Acerca do questionário:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 123).

O estudo constitui-se de três etapas: i) levantamento bibliográfico para construção de do referencial teórico; ii) coleta de dados através de instrumental (questionário); e, iii) tabulação e análise dos dados fornecidos pelos participantes da pesquisa. O primeiro momento constituiu de um levantamento bibliográfico, com a finalidade de compreender a temática abordada fundamentado nos autores: Hansel, Zych e Godoy (2002), Lacerda (2006; 2015), Sasaki (1997; 1999) entre outros.

No segundo momento foi aplicado um questionário por meio de um formulário

---

<sup>1</sup> A **pandemia de COVID-19**, também conhecida como **pandemia de coronavírus**, é uma pandemia em curso de COVID-19, uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia\\_de\\_COVID-19](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia_de_COVID-19)> Acesso: 23 mar. 2022.

online com o objetivo de conhecer as ações desenvolvidas pelos docentes nas aulas ministradas para o aluno surdo nos períodos de 2019.2 2020.1, e 2020.2 no curso de pedagogia da Universidade Regional do Cariri – URCA.

Sobre a pesquisa feita através dos questionários, pode-se observar na tabela a seguir as seguintes informações:

PERÍODO	SEMESTRE	PROFESSORES PARTICIPANTES
2019.2	IV	6
2020.1	V	3
2020.2	VI	4

Ratifica-se que foram três momentos da formação do discente surdo com diferentes atores (professores) o que nos forneceu uma diversidade de experiências e olhares. A pesquisa contou com um total de 13 (treze) respondentes, sendo 6 (seis) do sexo masculino e 7 (sete) do feminino. Os professores foram identificados em cada semestre pelos códigos P1, P2, P3, P4, P5 e P6 ... P13 seguidos pelos períodos 2019.1, 2020.1, 2020.2. Exemplo P1 (2019.1).

O terceiro e último momento da pesquisa constitui-se na análise dos dados obtidos nos questionários. Esta análise tem por intuito refletir acerca da problemática inicial e fazer levantamentos sobre o *feedback* dos respondentes buscando elucidar o questionamento central do estudo.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O termo inclusão surgiu da quebra de paradigmas antigos que tinham como principal característica a exclusão de pessoas com deficiências. Desta forma a inclusão tem sido muito utilizada na sociedade atual, pois a usabilidade deste termo propõe uma sociedade acolhedora com todos, quebrando por tanto paradigmas antigos. Compreender paradigmas que já foram superados é imprescindível para a construção de uma sociedade pautada em valores éticos indiscriminastes, pois segundo Sassaki (1999, p. 27) “Os conceitos são fundamentais para o entendimento das práticas sociais. Eles moldam nossas ações. E nos permitem analisar nossos programas, serviços e políticas sociais, pois os conceitos acompanham a evolução de valores éticos, como aqueles em torno da pessoa com deficiência”.

Anteriormente a inclusão vieram dois paradigmas que foram determinantes para reflexão e reconstrução da sociedade inclusiva dos dias atuais, foram eles: segregação e integração. Como pontuado anteriormente o entendimento desses dois termos suscitaram algo novo que ocasionou na luta por direitos iguais. Desta forma, o termo integração não se faz mais apropriado, tendo em vista que inserir alguém em determinado círculo social não corrobora para aceitação e adaptação daquelas pessoas em relação ao outro. É indispensável mencionar que o termo segregação hoje em dia é totalmente repudiado e que manter alguém fora da sociedade pelo que lhe difere é no mínimo um ato contra os direitos humanos e conseqüente inconstitucional. Segundo Sasaki (1999, p. 40):

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com necessidades especiais.

A segregação, integração e inclusão são considerados paradigmas que refletem a sociedade e sua organização histórica, política, cultural e social.

Desta forma a inclusão segundo, Sasaki (1999, p. 3), é conceituada como:

[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, e simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Não se pode deixar essa inclusão apenas nos documentos legais e nas conquistas legislativas, desta maneira todas as instâncias da sociedade tem este termo e seu significado no cotidiano materializado em ações. Para além da inclusão social, foi incrementada a educação a modalidade nomeada como educação inclusiva, esta modalidade oferece uma diversidade no contexto educacional com a inclusão de alunos com deficiência, transtornos, altas habilidades e superdotação em escolas regulares.

A inclusão no âmbito educacional de alunos com alguma deficiência é uma temática que vem sendo bastante discutida no campo da educação nos dias atuais, pois o ingresso de alunos nas instituições de ensino, em especial de nível superior vem aumentando nos últimos anos de forma significativa, e isso tem refletido nas ações voltadas para a inclusão.

Diante disso, com relação aos discentes surdos, nota-se que mesmo com a

presença do tradutor/intérprete de Libras – Língua Brasileira de Sinais (TILS) o processo de ensino- aprendizagem torna-se um desafio tanto para os professores, como para os alunos. Assim, Lacerda (2006) ratifica que ao inserir esse profissional em sala de aula proporciona-se ao aluno surdo o acesso aos conteúdos acadêmicos em língua de sinais. Ou seja, o intérprete de Libras é um profissional que atua na sala regular sendo responsável pela tradução/interpretação de uma língua (no caso, a portuguesa) para a língua de sinais (QUADROS, 2004; LACERDA, 2015). No entanto, a presença do mesmo não é a única via para o processo inclusivo de ensino.

A falta de um currículo que atenda às necessidades de todos os alunos também implica em dificuldades em todo o processo. Em vista disso, Hansel, Zych e Godoy (2014) chama a atenção para a construção de um currículo que contemple as diferenças de todos, visando concretizar o processo educativo considerando as especificidades do seu público.

Nesse sentido, para efetivar as práticas inclusivas no âmbito educacional se faz necessário que ocorram mudanças em vários aspectos, principalmente nos que estão ligados à prática educativa do professor, como por exemplo, as metodologias de ensino que necessitam em muitos casos de adaptações para atender as necessidades de aprendizagem dos seus alunos. Conforme Hansel, Zych e Godoy (2014, p. 69):

Estas adequações e apoios devem ocorrer através de flexibilizações e adaptações dos recursos instrucionais (equipamentos, material pedagógico), capacitação de recursos humanos (instrutores, profissionais especializados, ...), eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, curriculares, de comunicação, sinalização, encaminhamento para o mundo do trabalho e acompanhamento dos egressos (HANSEL, ZYCH, GODOY, 2014, p.69).

Assim, para garantir que o acesso à educação ocorra com qualidade e promova uma aprendizagem significativa é primordial que constantemente as instituições de ensino busquem eliminar as barreiras que impedem o aluno com surdez a apropriar-se do conhecimento científico.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este tópico apresenta a análise das respostas fornecidas pelos docentes no tocante à presença do discente surdo e a atuação do TILS em sala de aula. Em se tratando de uma pesquisa com foco na educação inclusiva no ensino superior e na prática docente, com o intuito de responder a questão norteadora desse estudo, inicialmente perguntamos aos docentes acerca do que pensam em relação à importância da presença do

tradutor/intérprete de libras no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo. E através da análise das respostas ficou claro que os professores (13) reconhecem a importância desse profissional e afirmam que sem o intérprete não conseguiriam ministrar suas aulas. Pois, acreditam que esse profissional tem um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem.

A resposta da P11 (2020.2) ratifica que a presença da intérprete é “de fundamental importância, pois além de auxílio ao aluno, proporciona momentos de interação, aprendizagem e sensibilidade. É primordial, pois ela constrói o elo de comunicação entre nós professores e o aluno”. Portanto, “[...] sem a interpretação não seria possível a aprendizagem afirma P6 (2019.2)”.

Nesse sentido, nota-se que a instituição busca cumprir o que preconiza o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436 de abril de 2002, ao qual dispõe sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e assegura o direito da presença do tradutor /intérprete em distintos espaços. O que se configura como um ponto positivo no processo de inclusão. Para Doziart (2009) é sem dúvida indispensável considerar a língua de sinais a forma de comunicação dos surdos dentro de um contexto inclusivo. Portanto,

Ao trazerem a Língua de Sinais Brasileira para o debate acadêmico, os surdos, ao mesmo tempo que evidenciam a fragilidade de se pensar o ensino centrado apenas no ouvir e no falar, também procuram libertar-se das amarras da Língua Portuguesa em seu desenvolvimento intelectual. Para eles, a Língua de Sinais não é um instrumento de comunicação para facilitar a aprendizagem da Língua Portuguesa, mas de transformação das relações sociais, culturais e institucionais que geraram e geram as representações hegemônicas sobre o ser surdo no sistema de ensino ( SILVA, 2006, p. 86).

Além disso, nota-se que esse processo de inclusão agrega novos sujeitos à instituição de ensino na educação superior. No caso da educação inclusiva para surdos, esta pressupõe a presença de professores, os alunos surdos e o(a)s intérpretes que fazem a ponte linguística e conseqüentemente são fundamentais no processo de comunicação. Desta forma, “A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior tem que estar voltada para os aspectos que dizem respeito a tudo aquilo que envolve o sujeito em suas relações cotidianas”. (SIQUEIRA; SANTANA, 2010, p. 134).

Entretanto, vale destacar que o fato da instituição dispor desse profissional no processo de inclusão do aluno surdo não é suficiente para de fato se configurar como inclusiva. Pois:

[...] a presença do intérprete de língua de sinais não é suficiente para uma inclusão satisfatória, sendo necessária uma série de outras providências para que este aluno possa ser atendido adequadamente: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, entre outros. (LACERDA, 2006, p. 176).

Dessa forma, tendo em vista que para incluir se faz necessário adaptações em todo o processo, perguntamos aos professores de que forma acontecem as atividades em sala e avaliações com o aluno surdo. Os respondentes indicaram que procuram fazer adaptações (uso de imagens, vídeos com legenda etc), pois sentem essa necessidade no cotidiano de aula. O intuito é buscar atender às especificidades do aluno surdo no processo educativo.

Vale ressaltar que as adaptações mencionadas pelos professores necessitam também do serviço do profissional de tradução/interpretação em Libras. No caso, segundo P8 (2020.1), descreveu que “manda as questões para a intérprete que as traduz para ele (o discente surdo). Ele responde e ela as traduz para mim”. Já P9 (2020.1) diz que “tem adotado avaliação oral, com intérprete”. A inclusão desse profissional no decorrer de todo processo educacional desde o planejamento até a interpretação é necessário para que além de aulas na língua espaço-visual do surdo, haja a compreensão do conteúdo e também a valorização da sua língua, cultura e socialização. Uma questão importante nesse processo é o bom domínio do intérprete acerca da temática abordada nas aulas. Não é necessário ser um profissional da área que está interpretando, mas conhecer o conteúdo instrumentaliza esse profissional a realizar um bom trabalho (LACERDA, 2015).

Outro ponto que julgamos relevante ser perguntado aos participantes da pesquisa foi com relação aos professores sabem Libras e se já fizeram/fazem algum curso dessa língua. Para ambas as perguntas, todos (13 docentes) afirmam que não são fluentes em Libras e que não fizeram, nem estavam fazendo nenhum curso voltado para a aprendizagem da mesma no momento do estudo.

Vale destacar que a necessidade de uma formação continuada acerca das especificidades e necessidades pedagógicas dos discentes surdos, foi apresentada como fundamental para o processo inclusivo. A barreira comunicacional tem lugar de destaque e justifica a prioridade para aprendizagem da Libras.

Com base nessas afirmações nota-se que este fato interfere diretamente no processo pedagógico desse aluno, já que a sua primeira língua é a Libras e não é fluente para os docentes que ministram aulas.

Nesse sentido, conforme Hansel, Zych e Godoy (2014, p. 37):

[...] cabe ao professor assumir seu papel dentro deste paradigma, com uma nova postura de releitura de sua formação, pois o educador necessita aprimorar seus conhecimentos constantemente para contribuir significativamente na educação inclusiva, favorecendo a todos os educandos a promoção de saberes, trocas de experiências e desenvolvimentos das habilidades e competências acadêmicas.

Portanto, com base nas autoras é importante que o professor busque aperfeiçoar seus conhecimentos constantemente, principalmente aos que dizem respeito a efetivação das práticas educativas inclusivas. Somente o cumprimento de algumas políticas públicas nesse processo são insuficientes para que de fato seja oferecida ao aluno surdo uma educação que o inclua em todos os processos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, nota-se que a inclusão se configura como uma parte essencial no processo educativo do aluno surdo, pois é por meio dela que as mudanças no âmbito educacional ocorrem permitindo a participação desse aluno. No entanto, ainda há muito a ser feito para avançar tanto na criação de novas políticas voltadas para a inclusão, bem como para a reformulação das que já existem com o intuito de garantir de fato o direito a uma educação acessível e de qualidade para todos.

Desse modo, ao que se refere à prática educativa dos professores participantes da pesquisa, evidencia-se que diante das circunstâncias as quais se encontram estão fazendo adaptações em suas aulas dentro das suas possibilidades com o intuito de eliminar as barreiras no processo de aprendizagem do aluno surdo. Reafirma-se de acordo com Lacerda (2015) que a função do tradutor/intérprete de Libras é recente, no caso deste estudo principalmente no contexto da educação superior, no entanto, ressalta-se que os docentes são mediadores do conhecimento científico e cabe a estes prover o acesso ao mesmo.

Entretanto, é importante que essas ações se ampliem indo além de modificações nas suas metodologias. Pois se faz necessário que ocorra mudanças não só na metodologia das aulas, mas também na estrutura das instituições que recebem esse público de pessoas com características e necessidades diferentes dos demais que se fazem presentes nesses espaços. Outra questão importante são as necessidades formativas desses docentes para atuação com esse público específico buscando um contexto inclusivo.

Portanto, mesmo imerso em algumas dificuldades fica claro que a oferta de condições de ensino adequadas torna possível que todos os indivíduos aprendam independente das suas especificidades. Ressalta-se ainda que para o alcance dos objetivos educacionais, é imprescindível a efetivação das normativas já existentes, pois este é um dos caminhos para garantir o cumprimento do direito à educação a todos.

## REFERÊNCIAS

BOCK et. al. **Guia para práticas anticapacitistas na Universidade**. São Paulo: UNESP, 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2022.

DORZIART, A. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/diferença, Currículo e Inclusão**. Vozes: Petrópolis-RJ, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HANSEL, Ana Flávia; ZYCH, Anizia Costa e GODOY, Mirian Adalgisa Bedim. **Fundamentos da Educação Inclusiva**. Gráfica Unicentro. Paraná, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: O QUE DIZEM ALUNOS, PROFESSORES E INTÉRPRETES SOBRE ESTA EXPERIÊNCIA. **Cad. Cedes**, [S. l.], v. 26, p. 163-184, 23 jun. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 16 out. 2021.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2015.

MELLO, Anahi. G. (2016). Deficiência, incapacidade e Vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p.: il. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf> > Acesso em: 08 fev. 2022.

SASSAKI, R.K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de Trabalho**. São Paulo: Prodef, 1997.

SILVA, Vilmar. **Educação de surdos**: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice M. (Org.). Estudos surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. p. 14-37.

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. PROPOSTAS DE ACESSIBILIDADE PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR. Relato de pesquisa, **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 1, p. 127-136, 23 jun. 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KkfLLrZ4kTjdTyMhbY3gzfk/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2022.